

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**

**6.1 - ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**6.1.1 - Crédito Orçamentário e Receitas Próprias**

**Março/2024**

| Objeto                                      | Valores Previstos     | Valores Recebidos (c) |                      |                      |     |     |     |                      |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----|-----|-----|----------------------|
|   |                       | Jan                   | Fev                  | Mar                  | Abr | Mal | Jun | Total<br>1º Semestre |
| (a)   | (b)                   | (f)                   | (g)                  | (h)                  | (i) | (j) | (k) | (Σ=f:j)              |
| <b>CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO LIBERADO</b><br>(d) | 352.133.240,00        | 35.144.645,71         | 27.537.382,23        | 23.524.930,16        |     |     |     | 86.206.958,10        |
| <b>RECEITAS PRÓPRIAS</b><br>(e)             | -                     | -                     | -                    | -                    | -   | -   | -   | -                    |
| <b>Total</b>                                | <b>352.133.240,00</b> | <b>35.144.645,71</b>  | <b>27.537.382,23</b> | <b>23.524.930,16</b> | -   | -   | -   | <b>86.206.958,10</b> |

Fonte da Informação (f): Departamento de Orçamento e Finanças (Tesouro Gerencial - 2024)

Data da última atualização: 12/04/2024

(a) **Objeto:** Detalhar a origem do recolhimento. (Exemplo: orçamento, arrecadação oriunda de inscrição em concurso público, alienação de bens, entre outros).

(b) **Valores Previstos:** Para o crédito orçamentário a previsão é o valor total aprovado na Lei Orçamentária Anual somados aos eventuais créditos adicionais. Para as receitas próprias, os valores previstos são aqueles estimados pelo órgão.

(c) **Valores Recebidos -** Para o crédito orçamentário, somam-se os valores efetivamente liberados/disponibilizados pelo Poder Executivo às unidades do Ministério Público. Isto é, a descentralização de créditos para que os órgãos possam executar a despesa orçamentária. Não deve ser confundido com a descentralização interna (provisão) entre diversas unidades gestoras de um mesmo órgão. Em relação às receitas próprias, trata-se dos valores arrecadados mês a mês por regime de caixa, ou seja, considerando-se efetivamente a entrada na conta bancária do órgão.

(d) **Crédito Orçamentário:** Com base no valor total previsto pela Lei Orçamentária Anual (LOA), o crédito orçamentário representa o montante mensal efetivamente liberado pelo Poder Executivo para o Ministério Público.

(e) **Receitas próprias:** São todos e quaisquer ingressos financeiros recebidos por outras fontes que não o crédito orçamentário do Poder Executivo (Exemplo: arrecadação de inscrições em concurso público, alienação de bens imóveis, aluguéis, entre outros). Devem ser descritos e detalhados, mesmo que não constem da Lei Orçamentária Anual. Cada fonte diferente de arrecadação deverá ser detalhada em linha específica. Não devem ser confundidas com receitas extraorçamentárias (compensatórias e temporárias).

**NOTA:** As receitas próprias dos órgãos devem constar da Lei Orçamentária Anual devido aos princípios orçamentários da universalidade, da unidade e da transparência. Isto é, todo e qualquer ingresso financeiro é uma receita orçamentária, mesmo que o órgão ainda não tenha a prática de registrá-lo na LOA. Nos termos do Manual Técnico do Orçamento "embora haja obrigatoriedade de a LOA registrar a previsão de arrecadação das receitas, a mera ausência formal desse registro não lhes retiram o caráter orçamentário, haja vista o art. 57 da Lei n 4.320, de 1964, classificar como receita orçamentária toda receita arrecadada que represente ingresso financeiro" (MPOG, 2015).

(f) **Fonte da Informação:** Setor administrativo responsável pelo levantamento das informações e dados apresentados na tabela.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar nº 101/2000, art. 48-A, II; Lei nº 4.320/64 arts. 2º, 3º, 35, I e 57; Lei nº 12.527/2011 art. 8º, § 1º, II; Lei nº 14.129/2021, art. 29, § 2º, I; Resolução CNMP nº 86/2012, art. 5º, inciso I, alínea "a"; Resolução CNMP nº 74/2011, anexo I, item III.